

REFLEXÕES SOBRE A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

REFLECTIONS ON THE MILITARYIZATION OF PUBLIC SCHOOLS

REFLEXIONES SOBRE LA MILITARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS

Ivone Oliveira da Costa Souza¹

Alexandra Moreno Pinho²

RESUMO: O artigo faz um levantamento bibliográfico sobre a militarização das escolas e impressões sobre o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas. Por meio da pesquisa bibliográfica, analisamos produções que versam sobre o tema para compreender quais são os pontos que estão sendo desenvolvidos no campo da educação e as análises que abordam o processo de militarização das escolas em relação ao aumento das violências e situações equivalentes no campo educacional. Para tanto, utilizamos produções sobre o tema que focam no processo de implementação de escolas militares no cenário nacional, assim como produções que discutem o tema da violência e suas implicações no contexto escolar. Os resultados obtidos revelaram vantagens e desvantagens e conclui-se que a violência no espaço escolar requer o desenvolvimento de um projeto pedagógico adequado para corrigir os problemas apresentados.

Palavras-chave: Militarização. Educação. Violência.

ABSTRACT: The article makes a bibliographical survey on the militarization of schools and impressions about the development of their pedagogical practices. Through bibliographical research, we analyzed productions that deal with the topic to understand the points that are being developed in the field of education and the analyzes that address the process of militarization of schools in relation to the increase in violence and equivalent situations in the educational field . To this end, we use productions on the topic that focus on the process of implementing military schools on the national scene, as well as productions that discuss the topic of violence and its implications in the school context. The results obtained revealed advantages and disadvantages and it is concluded that violence in the school space requires the development of an appropriate pedagogical project to correct the problems presented.

Keywords: Militarization. Education. Violence.

¹Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia, Especialização em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras, Mestranda do Curso Mestrado em Ciências Educação da COLLEGE EDUCALER UNIVERSITY.

²Doutora em Educação (Universidade de Barcelona), Mestre em Terapia Corporal e Psicomotricidade (Universidade de Barcelona). Licenciada em Pedagogia (UCSAL), professora e orientadora da COLLEGE EDUCALER UNIVERSITY.

RESUMEN: El artículo realiza un recorrido bibliográfico sobre la militarización de las escuelas e impresiones sobre el desarrollo de sus prácticas pedagógicas. A través de una investigación bibliográfica, analizamos producciones que abordan el tema para comprender los puntos que se están desarrollando en el campo de la educación y los análisis que abordan el proceso de militarización de las escuelas en relación al aumento de la violencia y situaciones equivalentes en el campo educativo. . Para ello, utilizamos producciones sobre el tema que se centran en el proceso de implementación de las escuelas militares en el escenario nacional, así como producciones que discuten el tema de la violencia y sus implicaciones en el contexto escolar. Los resultados obtenidos revelaron ventajas y desventajas y se concluye que la violencia en el espacio escolar requiere del desarrollo de un proyecto pedagógico adecuado para corregir los problemas presentados.

Palabras clave: Militarización. Educación. Violencia.

INTRODUÇÃO

Dois projetos marcam o processo de militarização das escolas brasileiras. Primeiro, o Decreto n. 9665/2019 (BRASIL 2019), que criou a Subsecretaria de Fomento a Escolas Cívico-Militares (Secim), vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e o Decreto n. 10.004/2019 (BRASIL 2019), que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Ambos compartilhados entre o Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, foram instituídos pelo governo Bolsonaro que fez a promessa de criar uma escola militar por estado e implementar 213 escolas cívico-militares até o fim do seu mandato³.

Colégios militares já existem no Brasil desde 1889 e eram destinados exclusivamente para familiares de militares. As escolas cívico-militares são, no entanto, escolas públicas estaduais e municipais que estabelecem convênios com secretarias. Antes mesmo de ser uma promessa do ex-presidente, na Bahia já estava em curso o processo de militarização das escolas⁴.

Os instrumentos utilizados por militares que estão a frente da gestão é considerado por profissionais e ativistas da educação como violação das liberdades democráticas, por outro lado, há defensores que acreditam que as normas militares contribuem para um melhor desempenho dos estudantes. O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão

³ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br> Acesso: dez. 2023

⁴ Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br> Acesso: dez. 2023

bibliográfica acerca dos estudos sobre militarização das escolas e violência no espaço escolar para compreender posições diferentes. A sua importância está no processo de ampliação de análises acerca desta temática como forma de contribuir para a constituição de políticas educacionais para a área.

Neste sentido, o fenômeno de militarização das escolas que vem acontecendo nos municípios baianos, sob a justificativa de ampliação de recursos destinados, oferta de uma educação mais rígida e com maior disciplina, se apresenta como fonte fecunda de investigação científica para a compreensão de como políticas públicas educacionais específicas estão sendo utilizadas para intervir no cenário educacional de forma a se contrapor com projetos pedagógicos que se apresentem mais emancipatórios e conciliadores de realidades múltiplas.

MÉTODOS

Para compreender o cenário da militarização das escolas no Brasil e, sobretudo, na Bahia é necessário fazer um levantamento bibliográfico dos estudos feitos na área. A utilização da pesquisa bibliográfica como método de pesquisa nos deu suporte para entender em que situação está a pesquisa científica sobre este tema.

Segundo Antônio Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”. O levantamento das informações para compreensão do universo em que o campo de estudo está inserido é fundamental para o desenvolvimento qualificado de novas perspectivas sobre o tema.

Para Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica é fundamentada a partir do levantamento de referências já analisadas e publicadas no formato de livros, artigos ou sites:

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A análise dos dados é feita a partir de fontes confiáveis que nos ajudam a ter maior

compreensão sobre o tema em estudo. Para discutir o tema da militarização das escolas, utilizamos pesquisas consolidadas e estudos de pesquisadores da educação que versam sobre a violência nas escolas.

Desta forma, será possível discutir contrapontos para assimilar com maior profundidade a questão, ainda que este espaço seja apenas uma abordagem inicial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aumento da violência é um fenômeno crescente que tem vitimado diversos segmentos da sociedade. Segundo dados do Atlas da Violência⁵, somente em 2022, o país registrou mais de 40 mil homicídios, uma média de 110 casos por dia. Essa violência que se alastra atingiu também as instituições de ensino. Junto com o aumento da violência, a necessidade de buscar soluções para sanar este problema.

A escola se configura como um espaço de reprodução de violências desde a sua criação. A disciplina e hierarquia preservadas nestes espaços sempre lhe conferiu um caráter de autoritarismo para manutenção da ordem. Durkheim (2010), em suas análises sobre a relação da sociedade e educação já destacava o caráter regulador do estado por meio das instituições, tendo a escola na centralidade do domínio quando se trata de constituição da educação formal.

A concepção de educação consolidada por este autor foi fundamental para o desenvolvimento de estudos do campo, pela compreensão ampliada que este desenvolveu sobre o papel abrangente da educação. Para Durkheim (2010), o papel da educação não se resume às instituições de ensino. Toda a sociedade agrega valores educacionais aos sujeitos e estes são condicionados pelas normas estabelecidas por ela.

É a partir de instituições como a escola que o Estado mantém seu caráter regulador para manutenção da ordem social:

Se o Estado não se encontra sempre presente e vigilante para obrigar a ação pedagógica a se exercer no sentido social, está se colocará necessariamente a serviço de crenças particulares e a grande alma da pátria se dividirá, resultando numa infinidade incoerente de pequenas almas fragmentárias em conflito (DURKHEIM, 2010, p. 46).

⁵ Disponível em : <https://forumseguranca.org.br> > at. Acesso: dez 2023

Embora o estudo de Durkheim (2010) avance significativamente no que diz respeito às pesquisas no campo da educação daquele período, a análise do autor é limitada pois não considera que os sujeitos tenham quaisquer capacidades para intervir no processo educacional, como se a educação funcionasse como uma linha direta em que não há nenhum ruído da informação passada. Na sua leitura, os sujeitos são apenas receptores da informação passada pelo sistema educacional e, a partir de então, se comportam de acordo com as regras estabelecidas por elas.

Na literatura científica do campo da educação já é consolidada que a escola não é um mero espaço de reprodução social, muito menos um local de pacificidade dos estudantes. Assim também como na literatura já está estabelecido que o cenário escolar é um local de reprodução de violências. Para o pesquisador Charlot (2002) ao falar sobre violência escolar é preciso considerar suas diversas dimensões, entre elas, a violência na escola, a violência da escola e a violência à escola.

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar [...] A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam (CHARLOT, 2002, p. 434-435).

Já a violência da escola diz respeito aos fenômenos provocados pela própria instituição, seja por meio dos profissionais da educação, da pedagogia do espaço ou das políticas adotadas pela instituição. Para muitos estudantes, a escola não é um espaço acolhedor, a própria arquitetura não é projetada para proporcionar acolhimento, o que tem mudado desde a sua criação.

A estrutura física é responsável também por configurar a escola como um espaço violento. É o que dizem as pesquisadoras Zan e Possato (2014) ao discutir o controle excessivo que a escola exerce sobre os corpos na tentativa de discipliná-los para transformar cada sujeito em uma figura dócil e comportada, o que acaba se configurando como uma estratégia opressiva e violenta. Quando isto acontece, nem mesmo políticas que se pretendem inovadoras conseguem reverter a situação.

Dentro de um cenário como este, em que as estruturas materiais escolares são planejadas com o intuito de se mostrarem opressivas, o êxito de procedimentos inovadores está extremamente comprometido. Além disso, a opressão se mostra também no padrão estético e na falta de cuidado com o prédio escolar, apontando

para a ausência de um projeto educativo comprometido com a construção da liberdade e autonomia dos sujeitos. (ZAN; POSSATO, 2014, p. 2183).

As questões estruturais das escolas, principalmente as públicas, dialogam diretamente com a falta de suporte financeiro dos governos que entregam instituições a própria sorte. Com uma oferta limitada, as condições estruturais acabam se deteriorando e o recurso limitado acaba sendo utilizado para outros fins. A estrutura que já é defasada, acaba em condições indignas.

Somado a isto, os locais onde estas instituições estão inseridas, muitas vezes, impõem condições de violência que invadem o cenário escolar. A precariedade das escolas não se limita à estrutura física: docentes mal remunerados, falta de pessoal, profissionais de educação adoecidos, alimentação inadequada, estes são apenas alguns dos fatores que comprometem a qualidade da educação pública. Quando estes elementos se somam aos espaços violentos em que muitas destas escolas estão instaladas, o problema se torna ainda maior.

Bairros periféricos, abandonados pelo poder público à própria sorte, com altos índices de mortalidade e incidência de tráfico de drogas acarretam às instituições muito mais demandas do que as que elas têm condições de enfrentar, assim as violências se multiplicam.

Dentro da escola isso pode ser refletido em processos de indisciplina. Como analisa Garcia (2009, p. 515), “os problemas de indisciplina e violência nas escolas podem ser relacionados a uma crise em relação à segurança e respeito no ambiente escolar. Também de destaca a preocupação com a autoridade dos professores em sala de aula”.

A autoridade de professores vem sendo analisada de diversas formas por diferentes pesquisadores que já admitem que este não pode ser um tratamento com base em imposição de autoridade e verticalização das relações. Processos de controle e punição já são desacreditados pelas políticas educacionais emancipatórias, apesar disso, muitas escolas ainda admitem essa forma de ação como única alternativa para contenção dos problemas internos.

O processo de militarização das escolas brasileiras, sobretudo nas escolas baianas, se insere neste contexto em que a violência externa interfere significativamente nos espaços internos, Sendo que tal processo se torna uma justificativa aceitável para a sociedade como

forma de limitar as formas agressivas de relações humanas que acabam invadindo pátios e salas de aula.

Cabral (2017) aborda como o processo de militarização das escolas é um fenômeno que acompanha a militarização da própria sociedade, utilizando como exemplos a ocupação do Exército, em locais considerados como zona de perigo, as constantes operações policiais e ocupações do grupo em comunidades periféricas.

Contemporaneamente no Brasil, a militarização da vida social é incontestável, à exemplo da ocupação do Exército na cidade do Rio de Janeiro e as operações policiais pelas quais é possível dimensionar as medidas de terror e medo necessárias para se colocar sob controle a cidade ou as comunidades. Nessa perspectiva, recorde-se as operações realizadas antes e durante as Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016) com situações de violência e violação de direitos humanos (CABRAL, 2017, p. 38).

Santos (2020) analisa que a militarização das escolas públicas acaba por convergir com um discurso, facilmente aceito pela população, na busca por uma alternativa que consiga solucionar os graves problemas presentes nas instituições.

Percebemos empiricamente que a militarização das escolas públicas converge com um discurso que circula no senso comum de que as escolas sob a tutela de uma corporação militar funcionam melhor — o que tem ensejado uma defesa desse arquétipo educacional em todo o País. A popularização dessas escolas parece ter acompanhado o aumento da aceitação da extrema-direita pelo senso comum. Tal quadro também enseja a apresentação de um estudo que compile e analise as consequências do crescimento do número de escolas militarizadas para a educação pública de nível básico no Brasil (SANTOS, 2020, p. 31).

As opiniões acerca da importância da militarização são divergentes. Para alguns pesquisadores é incontestável a melhora na qualidade do ensino e no rendimento dos estudantes. Além disso, os estudantes ficam mais responsáveis em relação as demandas escolares, os pais e responsáveis são mais presentes, já que são acionados caso haja uma transgressão mínima e as normas de conduta são mais respeitadas.

Por outro lado, há os que defendam que a militarização das escolas além de não resolver as demandas relativas à segurança, funcionam como mais um mecanismo de controle social que quer tirar a capacidade emancipatória dos sujeitos e do projeto educacional.

Cabral (2017, p. 49) aponta posicionamentos que mostram como a militarização pode se configurar como moeda de troca para governantes: “a cultura do medo e a prática militarista tendem a vender a ideia de que a militarização é uma solução para ampliar a

segurança, além de servir de combate à violência, fazendo com que o tema segurança pública se torne um instrumento importante para muitos governantes”.

Cabral (2017, p. 50) ainda complementa que “para uns, trata-se de um investimento na qualidade da educação, mas, para outros, trata-se de mais uma ação nos moldes da agenda conservadora em busca de consolidar sua hegemonia política”.

Durante o governo de Rui Costa que durou 8 anos no estado da Bahia, e chegou ao fim em 2022, 98 escolas foram militarizadas em 85 municípios baianos. Obras de parcerias entre as prefeituras e o governo do Estado, mais de 20% dos municípios adotaram, pelo menos, uma unidade de escola militar.

Segundo informações divulgadas pelo Comando da Polícia Militar (CPM), mais de 50 mil estudantes, com idade entre 11 e 14 anos, passaram a fazer parte destas unidades de ensino em toda a Bahia. Para fazer parte deste quadro, os estudantes são obrigados a seguir 66 normas compartilhadas, condutas de apresentação e vestimenta e um regulamento disciplinar que faz parte da cartilha de apresentação elaborada por representantes da polícia⁶.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP/BA), os colégios de modelo da CPM reúnem um total de 466 policiais da reserva de forma remunerada que assumem a tarefa de garantir a disciplina, ordem e segurança dos estudantes dentro e fora das salas de aula. Os valores recebidos para a realização do trabalho dependem da função ocupada, mas ficam entre 2 e 4 mil reais. Eles podem ocupar os cargos de direção, coordenação ou tutoria disciplinar⁷.

Duas disciplinas foram criadas e são ministradas por policiais militares: Metodologia Disciplinar de Ensino (MDE), que abarca também instrução militar e conteúdo próximo ao que se chamava de Educação Moral e Cívica (EMC) e a disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB)⁸.

Para Cabral (2017, p. 50), o debate sobre as consequências da militarização das escolas é imprescindível uma vez que por trás do discurso de qualidade do ensino está uma política de segurança pública que envolve um projeto disciplinador de controle social exercido pelo Estado.

⁶ Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso : dez.2023.

⁷ Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso : dez.2023.

⁸ Disponível em: <https://outraspalavras.net>. Acesso: dez.2023.

Para Garcia (2009, p. 518) é preciso ter muita atenção com estratégias que se colocam como soluções imediatas para a questão da violência nas escolas, “a propósito das estratégias de enfrentamento da violência nas escolas, há um risco de nos mantermos limitados a enfoques repressivos”.

O autor vai além ao propor uma gestão compartilhada entre familiares, gestão escolar e estudantes para compreensão das demandas e tentativa de articulação de soluções com o suporte multiprofissional e apoio de políticas públicas de combate à violência.

A complexidade que hoje assume as expressões de indisciplina e violência nas escolas parece requerer uma perspectiva de gestão derivada de uma forma de diálogo entre os diversos atores da comunidade escolar, capaz de produzir uma visão compartilhada, que alimente e direcione esforços coletivos e oriente um conjunto de práticas a serem exercidas na escola (GARCIA, 2009, p. 519).

Garcia (2009) define a gestão compartilhada como uma perspectiva que tem orientações e atribuições, uma espécie de tecido que possa revestir as ações empreendidas na escola no combate a violência e a indisciplina. Outro aspecto destacado é o de práticas preventivas para conter a incidência de novos casos de violência.

A implementação das escolas militares ainda não é um tema que rende intensa discussões. Os múltiplos fatores que contribuem para a incidência de violência na escola, à escola e da escola acabam reverberando num quadro que foge ao controle das instituições de modo que se faz necessário a intervenção de fatores externos para controle da situação.

Na busca por soluções que atuem como intermediárias contra as violências, o processo de militarização das escolas acaba por se colocar como uma solução estratégica para manter a disciplina e ordem nestes espaços. A militarização, no entanto, é fruto da necessidade do controle de corpos por meio da rigidez, muitas vezes até contendo qualquer tipo de transgressão.

Os especialistas ainda diferem sobre o potencial destas escolas para a sociedade. Enquanto uns defendem que o rendimento dos estudantes aumentam e que eles ficam mais disciplinados, outros asseveram que este é um projeto de controle de estado que se configuram na contramão de políticas educacionais emancipatórias que visam a insubordinação dos sujeitos.

O fato é que a militarização das escolas tem avançado de forma significativa no

cenário baiano, isso gera consequências no projeto pedagógico das escolas, as quais interferem diretamente na Lei das Diretrizes Básicas da Educação (BRASIL 1996).

Ressaltamos que os aspectos, aqui tratados, necessitam de um amplo debate público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica, afirma-se que a militarização das escolas brasileiras, com particular enfoque nas escolas baianas, é um projeto de governo que ao invés de investir em qualidade na estrutura das escolas, melhor qualidade do ensino e estratégias para prevenção de controle de violência, tem transferido a responsabilidade da gestão para o sistema de militarização que amplia o controle sobre os corpos, com maior rigidez de hierarquia e aumento da autoridade.

Apesar da tentativa de coibir ações de violência por meio da militarização das escolas com apoio de parte da sociedade, este processo não dá conta de reduzir os índices de violência inclusive, este processo pode significar ainda mais casos de violência na medida em que a própria instituição pode a vir a se configurar como um espaço de violência.

Apesar disso, o que se tem observado é que as normas de conduta, apresentação pessoal (o que inclui vestimenta e cabelos nos padrões estabelecidos) se mostram como práticas violentas que não inibem outras práticas violentas neste cenário. Não por acaso, as denúncias sobre procedimentos internos e casos de violências nestes espaços tem confirmado que o aumento da rigidez disciplinar não é o caminho para sanar as questões que envolvem problemas no interior das instituições de ensino.

A precariedade nas escolas somada ao espaço em que elas estão inseridas tem facilitado o discurso de que a militarização é a alternativa mais viável para corrigir as demandas escolares, mas o que percebemos na prática é uma transferência de responsabilidade dos órgãos públicos que ao invés de desenvolver estratégias para combater a violência nas escolas, passam a gestão para militares que não necessariamente seguem condutas pedagógicas adequadas.

Desta forma, o ambiente escola pode vir a se tornar um ambiente de ainda maior produção de violência institucional, operando na contramão de qualquer projeto pedagógico que se apresente como libertário.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto n. 9665/2019**. Decreto de criação da Subsecretaria de Fomento a Escolas Cívico-Militares (Secim). Brasília: Governo Federal. 2019. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/Acesso> em dez. 2023.

BRASIL, **Decreto n. 10004/2019**. Decreto que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Brasília: Governo Federal. 2019 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em: dez. 2023.

BRASIL, **Lei n. 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: dez 2023.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A militarização da escola: um debate a ser enfrentado**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Taubaté, Taubaté-SP, 2017.

CHARLOT, Bernard. **A violência nas escolas: como sociólogos franceses a bordam a questão**. Sociologias/ Porto Alegre nº 4, vol. 8 jul/dez 2002. p. 432-443.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. Introdução de Wellington Paz. – São Paulo: Hedra, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GARCIA, Joe. **Indisciplina e Violência nas Escolas: algumas questões a considerar**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 28, p. 511-523, set./dez. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n28/v09n28ao8.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

SANTOS, E. J. F. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências**. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

ZAN, Dirce; POSSATO, Beatris Cristina. **Espaços cerrados: as marcas da violência e do controle na Arquitetura das escolas** Revista e-Curriculum, vol. 12, núm. 3, outubro-diciembre, 2014, pp. 2176-2191.